



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO - 2025

Data: 04/02/2025

Horário: 14:00 às 16:00

Local da Reunião: Plataforma Teams

Pautas Tratadas:

- I - Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária de 2024;
- II - Atualizações das Ações Relativas às Demandas do Setor;
- III - Informes.

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois e mil e vinte cinco, aconteceu remotamente no horário de 14:00 às 16:00 horas, a primeira reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cooperativismo - CECOOP do ano de 2025. Após o registro de presença e aprovação da 4ª ata ordinária pelos membros presentes, através do QR Code, iniciou-se a sessão. A abertura foi realizada por Juliane Oliveira, secretaria executiva do conselho, que agradeceu a presença de todos e logo já apresentou a pauta da reunião, após leitura da pauta, a Sra. Juliane Oliveira deu início, falando sobre a atualização do setor do agropecuário, referente a demanda de tornar os cafezais como patrimônio cultural de Minas Gerais, contextualizou que no dia 21 de janeiro de 2025, houve uma reunião com a participação da SEDE, SEAPA, SEBRAE, IEPHA e OCEMG, com objetivo de entender melhor o processo de reconhecimento dos cafezais que terá que passar por processo que inclui a realização de pesquisas de campo para documentar as práticas e histórias dos produtores de café, visando construir um dossiê robusto para o reconhecimento como patrimônio, e que será necessário a captação de recurso financeiro para os trabalho para construção desse documento, durante a reunião o Sr. Geraldo Magela sugeriu a criação de um grupo de trabalho para que as tratativas não se percam e sejam mais célere todo o processo de reconhecimento. Após esclarecer o que foi discutido na reunião do dia 21, a Sra. Juliane Oliveira apresentou o convidado da reunião o Sr. André Sampaio do IEPHA, para que ele fizesse um breve relato de como é de quanto tempo a demanda chegou no IEPHA, ele reforça o que foi dito pela Sra. Juliane Oliveira, falou sobre identificar nas pesquisas os saberes, as técnicas os ofícios da produção de cafeeira, que é um processo de longo prazo, finalizou sua fala dizendo que quiser somar nesse processo, o IEPHA está aberto ao diálogo. Em sequência o Sr. Magela pediu licença e contextualizou melhor para os demais membros sobre essa demanda de tornar os cafezais como patrimônio cultural, ainda mencionou sobre a questão orçamentária, que vai tentar articular com o deputado da frente parlamentar do cooperativismo, para viabilizar recursos financeiro com a possibilidade de emendas parlamentares e falou que o sistema OCEMG se compromete a ajudar no processo de interlocução para que a demanda possa caminhar. Na sequência a Sra. Juliane Oliveira, apresentou as demandas do ramo de transporte, sobre a questão da responsabilidade tributária da credora pelo pagamento de IPVA objeto de Alienação fiduciária, que foi encaminhado via Ofício/SEDE Nº 44/25, para o gabinete da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais- SEF/MG, do qual provocaram uma reunião para discutirem a demanda em questão, juntamente com representantes da CRESOL, reunião essa que ocorreu no dia 09 de janeiro 2025, durante a sessão, ficou acordado que a equipe da Superintendência do Crédito e

Cobrança (SUCRED) da SEF, iria incluir a cooperativa com interação solidária de Minas Gerais - CNPJ: 8624548/0001-14, na “lista negativa de protestos”, procedimento utilizado com o propósito de não protestar títulos de financeiras, em conformidade com entendimento da Advocacia Geral do Estado, houve um debate sobre essa demanda em questão, o Sr. Magela entende que o procedimento não resolve o problema em questão das cooperativas de crédito e o Sr. João Augusto, complementa que a cobrança continua acontecendo o Magela ainda coloca como observação que apenas no estado de Minas Gerais, esse processo continua assim pois nos outros estados, essa cobrança de IPVA não é mais responsabilidade das credoras, o Sr. Silvestre representante da SEF no conselho, se compromete a verificar o procedimento que foi sugerido como solução na reunião com o setor responsável da SEF e sugere agendarmos um nova reunião on-line, com todos envolvidos e participação da OCEMG e SEDE na reunião, foi mencionado também as outras demandas encaminhadas junto a SEF, através do Ofício SEDE/DAPC nº. 43/2024, do qual o representante da SEF, Sr. Silvestre se prontificou a levantar a atualização da demanda junto ao setor responsável na Secretaria de Estado de Fazenda. Quanto ao despacho das reivindicações do ramo saúde, a Sra. Juliane, informa que no dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco, foi realizada uma reunião a título de esclarecimento quanto a questão da disponibilização de dados entre a Secretaria de Estado de Saúde e as cooperativas de saúde, foi acordado que iriam tentar viabilizar essa troca de informações e dados via acordo de cooperação, o representante do ramo de saúde Dr. Eudes Arantes, complementa a fala e lembra das outras demandas do ramo saúde sobre o alto custo e de judicialização algo que deve ser tratado em conjunto. O Sr. Geraldo Magela, menciona que na reunião com a Secretaria de Estado de Saúde, sugeriu a criação de um grupo técnico ou até mesmo um comitê, para que essas questões fossem tratadas com mais celeridade maior resolutive. Dano sequência na atualização das demandas, a Sra. Juliane fala sobre os Emolumentos - cédulas de crédito bancário restritas a operações rurais - Art. 42-B da Lei 10.931, que está aguardando o início da sessão legislativa de 2025, para despachar com o deputado Sr. Iron da Silva, o Sr. Magela fala que a demanda foi encaminhada pelo Sr. Elson a época, e enfatiza que o problema vem elevando os custos das operações de crédito desse emolumentos, lembra ainda, que essa cobrança é feita pelos cartórios para registro das operações de crédito, e esclarece que deve provocar o tribunal de justiça para nós buscarmos uma solução definitiva para isso, porque em outros estados esse assunto também já está resolvido em Minas Gerais está para trás. Caminhado para a finalização da sessão a Sra. Juliane apresenta algumas demandas que foram levantadas na reunião anterior, sobre a Implementação de indicador de monitoramento para evolução da participação das cooperativas em editais; Presidente Sra. Kathleen Garcia, complementa e fala que esse mecanismos e pra gente acompanhar o desenvolvimento da participação das cooperativa na venda de alimentos para escolas e hospitais, o Sr. Magela pede licença e faz uma observação quanto a essa demanda e fala sobre a possibilidade de conseguir essas informações com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, a presidente Sra. Kathleen concorda e solicita que busque essa informação com junta a secretaria. E por fim é mencionado sobre as ações conjuntas para o desenvolvimento consolidado para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do Vale do Lítio, onde a presidente Sra. Kathleen, menciona quais seriam o território onde nós temos expectativa de ter alguma ação e sobre as que já estão implementadas, aí com base nisso podemos traçar definições de política e trazer para o conselho e pensar o que nós podemos também agregar em termos de desenvolvimento do Cooperativismo nessas regiões, a ideia é que a gente faça um esforço mais focado, onde de fato está vendo já algum tipo de inserção, Sra Kathleen direciona a fala ao Sr. Antônio Claret, após algumas falhas na comunicação o Sr. Magela interrompe e repete a pergunta que a Sra. Kathleen fez, que seria sobre o acordo de Mariana, repactuação do acordo de Mariana com recursos destinados a apoiar o desenvolvimento do cooperativismo, o Sr. Claret informa que, dentre os vários itens deste acordo de repactuação é alguns desses itens estão sob responsabilidade do BDMG, ele ainda cita sobre a criação de uma espécie de um fundo de aval para eles vamos chamar de 'empréstimo' para as cooperativas, mas não só as cooperativas de crédito, não é? São as cooperativas produtivas, então é com esse aval, esse fundo de aval, a gente consegue emprestar para algumas cooperativas. Não estamos falando de cooperativas gigantes, né? Que não precisam, mas para algumas pequenas cooperativas que hoje eventualmente não passariam na análise de crédito, então esse se funde? Nós já estamos colocando dentro da nossa planilha de responsabilidade, estamos desenhando, uma fase de desenho desse fundo é e na outra ponta, a secretária Kathleen está trabalhando junto ao governo para a gente conseguir efetivar, não é criar esse fundo para poder atender especificamente as cooperativas de produção da área. Não é da área ali do do Rio Doce que foram é que são envolvidas no acordo de repactuação. Então, basicamente é isso, nesse momento, nós ainda não temos o fundo, porque ele está em uma fase de desenvolvimento e aprovação junto ao governo e, em paralelo, estamos desenhando como será

esse fundo mas adianto, que é um fundo de aval e que, portanto, poderá é nos permitir emprestar para cooperativas de produção que hoje não passariam numa análise de crédito. Após encerrada as fala do Sr. Claret, a Sra. Kathleen presidente do conselho agradece a presença de todos e juntamente com a Sra. Juliane encerram a reunião.

Demandas alinhadas durante a sessão:

- Acompanhar demanda referente aos cafezais como patrimônio cultural de Minas Gerais;
- Agendar reunião com a SEF, com participação da SEDE e OCEMG, sobre as tratativas da responsabilidade tributária sobre pagamento de IPVA;
- Acompanhar as tratativas acordada em reunião com a Secretaria de Estado e Saúde, sobre disponibilização de dados epidemiológicos; e
- Solicitar para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão- SEPLAG, a relação de cooperativas que participam de editais de merenda escolar e outros.

Participantes:

Alexandre Gatti Lages

André Sampaio Furlani

Antônio Claret de Oliveira Junior

Carlos André Veloso

Elson Rocha Justino

Eudes Arantes Magalhaes

Felipe Paschoal de Moura

Garibalde Mortoza Junior

Geraldo Magela da Silva

Getúlio Gomes Vieira

Gilson de Assis Sales

João Augusto Oliveira Fernandes

Kathleen Garcia Nascimento

Laura Gama dos Santos Mangualde

Marcos Vinícius Dias Nunes

Raquel Caroline da Silva

Samir Colozio Melles

Sandra Ephram Ephram

Silvestre Dias

Thiago Magalhães Tavares

Referência: Processo nº 1220.01.0000542/2025-37

SEI nº 107633768